

João Mendes

FUNDAÇÃO DR. ANTÓNIO VIEIRA

RELATÓRIO E CONTAS 2024

**NOS TERMOS DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E
ESTATUTÁRIAS , PRESTA-SE AQUI NESTE
DOCUMENTO INFORMAÇÃO COMPLETA DA
ACTIVIDADE E DA GESTÃO DA INSTITUIÇÃO
RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2024**



João Mendes

MENSAGEM DA DIREÇÃO

Este Relatório e Contas, tal como outros anteriores, nomeadamente os referentes aos três últimos anos, assinala um ano muito exigente e de um enorme esforço coletivo. Trata-se de um ano em que foi necessário concluir a reestruturação interna essencial, para adaptar serviços à nova realidade da Instituição, face ao seu crescimento e responsabilidade-

Crescer e reestruturar num momento de enormes constrangimentos financeiros não é fácil, por outro lado e pelas mesmas razões, foi necessário continuar a criar postos de trabalho e fazer investimentos, para a melhoria dos serviços que prestamos, nomeadamente em equipamentos, melhorando assim, e cada vez mais, as condições de trabalho dos nossos Colaboradores

Como era de esperar, foi em 2024 que a Instituição viveu momentos e dificuldades previstas e imprevisas, todas elas visando afetar o normal funcionamento da Instituição, e até atingir o seu futuro.

Os principais Corpos Sociais, tiveram de encontrar forças e se unir, não só para ultrapassar todas as adversidades como para fazer com que o previsto no Plano e Orçamento para 2024 fosse cumprido, e até encontrar formas para superar, como foi o caso, situações imprevisas a nível interno, para salvaguarda da saúde e bem-estar dos nossos Utentes. Queremos, pelos serviços que prestamos, continuar a ser uma Instituição de referência.

Podemos afirmar que como sempre tem sido o nosso objetivo, o previsto no Plano e Orçamento foi cumprido e ainda se continuou com a reestruturação profunda na gestão financeira, com vista à redução de custos e consumos e controlo orçamental, para assim tornar sustentável a Instituição e poder fazer face aos nossos compromissos, e enfrentar a dureza de falta de apoios, cada vez mais evidente.

Apesar de todas as dificuldades, continuaremos com toda a determinação a trabalhar para atingir os objetivos a que nos propusemos para 2024 com uma gestão responsável, transparente e partilhada com todos os nossos Colaboradores, nomeadamente dos seus responsáveis hierárquicos.

Folhadosa, 25 de Março de 2025

A Direção

CONSTITUIÇÃO DOS CORPOS SOCIAIS A 25 Março 2024



João Mendes

DIREÇÃO

Presidente	António Marques da Silva Branco
Vice-Presidente	António Andrade Ferreira
Secretário	Sr. Padre Humberto César Coelho
Tesoureiro	João Carlos Costa Mendes
Vogal	Mário Jorge Borges Fernandes

CONSELHO EXECUTIVO

Presidente	António Marques da Silva Branco
Tesoureiro	João Carlos Costa Mendes
Secretário	Sr. Padre Humberto César Coelho

CONSELHO FISCAL



João Mendes

Presidente	Jorge Manuel da Silva Mendes
Vogal	António João da Silva Tenreiro
Vogal	António Virgílio Dinis Santos

CONSELHO DE CURADORES

Presidente	Domingos Sá Rodrigues
Secretária	Ana Bela Santos Oliveira
Vogal	Manuel Madeira Mendes
Vogal	Luís Carlos Alves Branco
Vogal	Francisco Fernando Paiva Mendes

ÍNDICE

Amândio
João Mendes

- Constituição dos corpos Sociais a 30/11/2021	3
- Índice	4
- Introdução	5
- Historial	6
- Missão	7
- Visão	7
- Valores	7/8
- Serviços/Resposta social	8
- Documentos de Prestação de contas	11
- ANEXOS	12
- RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS EM CONCLUSÃO	19
- Parecer do Conselho Fiscal	22

INTRODUÇÃO

O presente documento consiste no Relatório de Atividades e Contas de 2024 da Fundação Dr. António Vieira Tovar de Magalhães e Albuquerque- Casa de Repouso Nossa Senhora do Socorro, procedimento este, anual e obrigatório nos termos estatutários.

A sua elaboração é feita pela Direção, com a colaboração direta da Diretora Técnica, Administrativa e pela Contabilista Certificada (CC).

Tem como principal objetivo a demonstração das tarefas realizadas durante o ano, a nível operacional e financeiro, delineada e aprovada no Programa de Ação e Orçamento para o ano em análise.

O conteúdo deste documento é subdividido em duas partes:

Operacional - relatando as atividades desenvolvidas na Fundação Dr. António Vieira Tovar de Magalhães e Albuquerque- Casa de Repouso Nossa Senhora do Socorro durante o ano, dando destaque aos principais aspetos exigidos designadamente: missão, objetivos, valência, pessoal, parcerias, subsídios, donativos, projetos, entre outros;

Financeira e contabilística - constituída pelas demonstrações financeiras exigidas por lei, acompanhada de várias notas técnicas explicativas de modo a facilitar e simplificar ao máximo a sua interpretação.

A redação final será submetida a aprovação da Direção, ao Conselho Fiscal para análise e emissão do seu parecer

Após aprovação da Direção, e Conselho Fiscal os documentos contabilísticos serão submetidos na plataforma eletrónica da Segurança Social criada para o efeito – OCIP, onde serão verificados, validados e visados pelo ISS.

Pelo contributo que cada um deu, durante este período, a TODOS, o nosso Bem-haja!

HISTORIAL

A Fundação Dr. António Vieira Tovar de Magalhães e Albuquerque, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que integra de momento, 60 utentes a, **Fundação Dr. António Vieira** é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sediada na Freguesia de Folhadosa, concelho de Seia, tendo como sede e suporte um magnífico Edifício do Sec. XVII, doado pelo Dr. António Vieira, que destinou, por testamento, que a maior parte dos bens ficasse para dar apoio aos velhos, inválidos e pobres da freguesia.

Criada a Fundação e reconhecida como uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) tem na Ação Social a sua matriz diretora, concretamente na prevenção e apoio nas diversas situações de fragilidade social, promovendo a inclusão e a integração social, desenvolvendo para tal, diversas atividades para idosos, funciona com a valência de Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas, destinada ao acolhimento de pessoas idosas, e tem como objetivos a prestação de serviços personalizados e adequados às necessidades individuais de cada utente.

É importante dar ênfase a um plano estratégico adequado, de maneira a conseguir levar a cabo todos os objetivos da instituição, sem prejudicar de alguma forma os utentes. Para isso, toda a equipa integrante da instituição deverá colaborar, em solidariedade e cooperação, pois só assim as metas serão alcançadas e só assim se conseguirá marcar a diferença.

Promover um envelhecimento ativo e saudável aos idosos e otimizar as suas condições de saúde, participação e segurança, são sem dúvida objetivos principais a cumprir.

As estruturas residenciais devem, então, surgir num contexto humanizado e personalizado, que tenha em conta as necessidades de cada utente, agindo de acordo com os seus direitos e interesses. Nestas estruturas deve-se valorizar a ativação e a estimulação dos indivíduos através da promoção da saúde e prevenção das incapacidades, otimização das funções cognitivas, promoção do desenvolvimento afetivo e fomentação da participação social.

MISSÃO

A Fundação Dr. António Vieira, tem como missão investir na qualidade do atendimento individualizado aos utentes, defendendo os seus valores culturais e garantindo o bem-estar e qualidade de vida de todos os seus utentes.

As pessoas idosas desejam aprender, participar em atividades, sentirem-se incluídas, desejam ser “pessoas de corpo inteiro”. Os mais dependentes, por motivo de doença ou incapacidade, por seu lado, merecem todo o carinho de forma a garantir o seu conforto e o seu bem-estar.

Esta instituição pretende ser um bom exemplo na promoção do respeito e da qualidade de vida de todas as pessoas idosas.

Ser reconhecida como uma instituição de excelência na implementação de práticas de solidariedade e qualidade, pautando-se pela melhoria contínua nas suas áreas de intervenção.

VISÃO

Ser reconhecida como uma instituição de excelência na implementação de práticas de solidariedade e qualidade, divulgando as suas atividades, serviços e eventos através das redes sociais, e apostando na formação de pessoal técnico e auxiliar com vista a melhorar a qualidade da sua ação.

VALORES

O respeito deve ser um valor sempre presente quer da parte dos utentes, quer da parte dos colaboradores.

Deve também ser criado um ambiente de confiança mútua entre os intervenientes, inspirado na generosidade, partilha e apreço.

A instituição deve também atuar com caráter solidário na e para a comunidade.

A responsabilidade também é um fator importante, para que dessa forma, se prestem serviços de qualidade, assumindo com transparência e rigor o desenvolvimento da sua prática de gestão e o cumprimento dos requisitos.

É de igual forma importante, a eficiência na gestão de recursos, potenciando a melhoria contínua e satisfação junto dos seus utentes, colaboradores, fornecedores, parceiros e comunidade, motivando os recursos humanos e privilegiando o seu envolvimento nos processos, assim como a valorização e o reconhecimento da sua ação.

João Mendes

SERVIÇOS/RESPOSTA SOCIAL

Na Fundação Dr. António Vieira T. M. A. na resposta social ERPI durante o ano de 2023 assim como nos, anos anteriores, teve como objetivo principal dar continuidade a satisfação das necessidades básicas dos utentes através da prestação dos seguintes serviços:

- Alojamento;
- Alimentação;
- Higiene pessoal/Oral;
- Tratamento de Roupa;
- Cuidados de Enfermagem;
- Assistência Médica;
- Fisioterapia;
- Gerontologia;
- Acompanhamento psicossocial;
- Ocupação/Animação.

A instituição tem também como objetivo possibilitar ao idoso um ambiente que lhe seja favorável, estimulante, identificando-o o mais possível com um ambiente familiar; promover a sua integração no grupo de cidadãos utentes e na vida da ERPI em geral; criar as condições para que a independência e autonomia perdurem o maior tempo possível; proporcionar a satisfação das necessidades básicas; assegurar um acompanhamento psicossocial no sentido de garantir a sua integração no ambiente em que está inserido; promover as relações entre Utente/Família e Utente/Comunidade e também assegurar a qualidade dos serviços prestados. Tem sido um desafio para todos os que trabalham nesta Casa e um aprofundar da tomada de consciência da promoção e bem-estar que deve ter o idoso/utente.

Assinado
João Mendes

No ano de 2024 a resposta social-ERPI manteve-se a ocupação, com 60 utentes, considerando-se por este motivo que a taxa de ocupação foi de 100%, uma vez que os quartos estiverem ocupados todo ano.

Durantes o ano de 2024 atingiu-se as seguintes metas estratégicas:

- Promoção e divulgação da resposta social ao nível local, concelhio e supraconcelhio, traduzindo-se em novas admissões de clientes;
- Ocupação total das vagas, totalizando 60 clientes integrados na ERPI;
- Aumento considerável do número de pedidos de integração em ERPI, refletindo-se em 155 inscrições em lista de espera;
- Acréscimo de receitas provenientes do aumento da mensalidade/ comparticipação familiar e das vagas cativas entre outras;
- Melhoria no planeamento das escalas de trabalho, no sentido de promover a eficácia e eficiência dos serviços.
- Monitorização e acompanhamento permanente das colaboradoras que asseguram funções na ERPI.

- Continuação da Qualificação dos recursos humanos é uma mais-valia, pois aposta no desenvolvimento do trabalho em equipa, minimizando os problemas na organização e gestão do trabalho, num trabalho que pela sua natureza obriga a uma elevada carga de trabalho diário e uma forte componente de envolvimento emocional.



João Mendes

- Atualização continua das categorias profissionais dos funcionários e consecutiva atualização dos vencimentos.

- Melhoria notável nos cuidados diários prestados aos utentes pela equipa de enfermagem, devido ao exigido aumento do número de técnicos de enfermagem e de médicos para dar um acompanhamento mais personalizado com o tipo de utentes que residem na instituição.

-Melhoramento das instalações ao nível do aspeto interno, conforto e de todos os equipamentos existentes, mantendo-os devidamente funcionais, apresentáveis e dentro dos parâmetros legais exigidos por lei.

- Ao nível da fisioterapia continuou-se, avaliação rigorosa do idoso, com escalas de avaliação reconhecidas em Portugal e com outros métodos avaliativos igualmente importantes, assim como a execução de um plano de cuidados de reabilitação e redução de danos de acordo com o problema que cada idoso apresenta e necessita e a realização, de um registo diário de tratamentos para cada idoso de forma a registar a utilização dos equipamentos de fisioterapia existentes e dos tratamentos igualmente efetuados.

- Nas atividades de animação houve um melhoramento bastante visível na ocupação ativa dos utentes, nalguns níveis principalmente no desenvolvimento das capacidades cognitivas (memória, atenção, raciocínio, curiosidade), na promoção de relaxamento, estimulação sensorial, na autonomia, na valorização da autoestima no incentivar do interesse pelo ambiente que os rodeia, nas relações interpessoais fora do grupo, evitando o isolamento, a solidão, a tristeza, a depressão e o desinteresse, na promoção de momentos de convívio através da partilha idoso/criança, propiciando relações afetivas entre as diferentes faixas etárias, nas atividades recreativas entre utentes de outras instituições favorecendo a ligação afetiva entre os diferentes intervenientes na relação utente/colaborador, promovendo o estatuto social da pessoa idosa na família e na comunidade.



João Mendes

Documentos de Prestação de Contas 2024


João Mendes

Balanço – Anexo 1

Demonstração dos Resultados – Anexo 2

Demonstração dos Resultados Valência – Lar – Anexo 3

Demonstração dos Resultados Valência – Quinta – Anexo 4

Anexo – Anexo 5

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Anexo 6

Balancete em 31/12/2024 – Anexo 7


João Mendes

ANEXO

1

FUND. DR A V T M ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO N S SOCORRO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 500845611

Moeda: (Valores em Euros)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		Moeda : (Valores em Euros)	
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2024	31 DEZ 2023
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Bens do património histórico e artístico e cultural		1 607 239,09	1 631 249,22
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		6 350,79	6 350,79
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		94 217,50	0,00
		1 707 807,38	1 637 600,01
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber		39 133,40	42 935,50
Estado e outros entes públicos		5 248,32	8 612,02
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		11 606,86	6 469,75
Diferimentos		0,00	0,00
Outros Ativos Correntes		5 732,18	5 469,08
Caixa e depósitos bancários		107 202,39	6 461,05
		189 073,16	60 754,07
		357 996,31	130 701,47
Total do ativo			
		2 065 803,69	1 768 301,48
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos		1 115 114,60	1 115 114,60
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		195 195,00	169 961,95
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		104 411,42	18 545,05
Resultado líquido do período		1 414 721,02	1 303 621,60
Total dos fundos patrimoniais		118 923,09	25 233,05
		1 533 644,11	1 328 854,65
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		327 393,96	230 226,18
		0,00	0,00
		327 393,96	230 226,18
Passivo corrente			
Fornecedores			
Estado e outros entes públicos		37 175,82	41 898,52
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		25 588,45	21 542,12
Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		31 393,91	29 670,19
Outros Passivos Correntes		11 409,13	23 678,31
		99 198,31	92 431,51
		204 765,62	209 220,65
Total do passivo		532 159,58	439 446,83
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 065 803,69	1 768 301,48



João Mendes

ANEXO

2

FUND. DRA V T M ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO N S SOCORRO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 500845611

Moeda: EUROS

Amo
João Mendes

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		1.162.326,35	583.620,79
Subsídios, doações e legados à exploração		39.931,42	444.057,04
Variação nos inventários da produção		-5.000,00	9.500,00
Trabalhos para a própria entidade		21.731,79	21.598,48
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		112.259,48	111.309,77
Fornecimentos e serviços externos		224.366,42	217.580,06
Gastos com o pessoal		690.027,10	612.839,88
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		37.993,74	11.101,02
Outros gastos		11.881,72	12.955,02
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		218.448,58	115.192,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		79.655,56	76.854,98
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		138.793,02	38.337,62
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		19.869,93	13.104,57
Resultados antes de impostos		118.923,09	25.233,05
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		118.923,09	25.233,05


João Mendes

ANEXO

3

FUND. DR A V T M ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO N S SOCORRO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte : 500845611

Moeda : EUROS

VALÊNCIA: 9001 - Lar

João Mendes

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		1.133.813,10	557.837,13
Subsídios, doações e legados à exploração		16.748,90	427.809,42
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		104.679,44	105.401,97
Fornecimentos e serviços externos		217.073,98	210.824,30
Gastos com o pessoal		643.812,69	553.122,04
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		36.547,86	7.852,68
		9.677,46	12.955,02
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		211.866,29	111.195,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		69.505,87	67.130,37
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		142.360,42	44.065,53
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		19.869,93	13.104,57
Resultados antes de impostos		122.490,49	30.960,96
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		122.490,49	30.960,96



João Mendes

ANEXO

4

FUND. DR A V T M ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO N S SOCORRO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 500845611

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 9002 - QUINTA

João Mendes

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		28.513,25	25.783,66
Subsídios, doações e legados à exploração		23.182,52	16.247,62
Variação nos inventários da produção		-5.000,00	9.500,00
Trabalhos para a própria entidade		21.731,79	21.598,48
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		7.580,04	5.907,80
Fornecimentos e serviços externos		7.292,44	6.755,76
Gastos com o pessoal		46.214,41	59.717,84
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		1.445,88	3.248,34
Outros gastos		2.204,26	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.582,29	3.996,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		10.149,69	9.724,61
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-3.567,40	-5.727,91
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-3.567,40	-5.727,91
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-3.567,40	-5.727,91



João Mendes

ANEXO

5



João Mendes

FUND. DR A V T M ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO N S SOCORRO

Anexo

31 de dezembro de 2024



Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	18
5	Ativos Fixos Tangíveis	18
6	Ativos Intangíveis	21
7	Locações	23
8	Custos de Empréstimos Obtidos	23
9	Inventários	24
10	Rédito	24
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	25
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	25
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	25
14	Imposto sobre o Rendimento	26
15	Benefícios dos empregados	26
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	26
17	Outras Informações	27
17.1	Investimentos Financeiros	27
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	27
17.3	Clientes e Utentes	28
17.4	Outras contas a receber	28
17.5	Diferimentos	28
17.6	Outros Ativos Financeiros	29
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	29
17.8	Fundos Patrimoniais	29
17.9	Fornecedores	29
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	30
17.11	Outras Contas a Pagar	30
17.12	Outros Passivos Financeiros	30
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	30
17.14	Fornecimentos e serviços externos	31

17.15 Outros rendimentos.....	31
17.16 Outros gastos.....	31
17.17 Resultados Financeiros	32
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	32


João Mendes


João Mend

1 Identificação da Entidade

A "FUND. DR A V T M ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO N S SOCORRO" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "FUNDAÇÃO" com estatutos publicados no Diário da República, com sede em RUA DO CASTELO 1, 6270-041 Folhadosa. A instituição desenvolve as seguintes atividades:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)
- Quinta Agrícola

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo



João Mendes

referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais" e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este


João Mendes

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma



Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração



3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



João Mendes

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	20
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8, 4
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3, 8
Outros Activos fixos tangíveis	4, 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.



Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.



Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.


João Mendes

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:


João Mend

- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

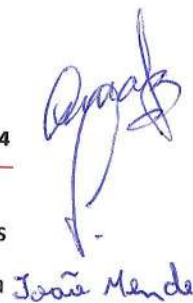
As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.



À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.


João Mendes

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).


João Mendes

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;



João Mendes

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2023, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00					
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



João Mend

Descrição	2023			
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	Saldo final
Custo				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

No período de 2024, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do patrimônio, histórico, artístico e cultural":

Descrição	Saldo inicial	2024				
		Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo	0,00					
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	2023				
		Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	423 481,94					
Edifícios e outras construções	1 793 017,86					423 481,94
Equipamento básico	291 200,61					1 828 658,42
Equipamento de transporte	47 703,74					313 963,70
Equipamento biológico	93 286,11					47 703,74
Equipamento administrativo	0,00					93 286,11
Outros Ativos fixos tangíveis	5 919,24					0,00
Total	2 654 609,50	0,00	0,00	0,00	0,00	5 919,24
Depreciações acumuladas						2 713 013,15
Terrenos e recursos naturais	79 946,31					
Edifícios e outras construções	573 457,80					84 107,66
Equipamento básico	245 180,74					627 809,15
Equipamento de transporte	47 703,74					263 186,96
Equipamento biológico	12 279,65					47 703,74
Equipamento administrativo	91 276,77					12 279,65
						91 276,77

Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	1 049 845,01	0,00	0,00	0,00	0,00	1 126 363,93

Descrição	2023			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	423 481,94					423 481,94
Edifícios e outras construções	1 828 658,42					1 815 606,26
Equipamento básico	313 963,70					325 333,44
Equipamento de transporte	47 703,74					47 703,74
Equipamento biológico	93 286,11					93 493,70
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	5 919,24					9 206,37
Total	2 713 013,15	0,00	0,00	0,00	0,00	2 714 825,45
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	84 107,66					84 107,66
Edifícios e outras construções	627 809,15					697 315,02
Equipamento básico	263 186,96					273 336,65
Equipamento de transporte	47 703,74					47 703,74
Equipamento biológico	12 279,65					12 279,65
Equipamento administrativo	91 276,77					91 276,77
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	1 126 363,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1 206 019,49

Descrição	2024			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00


Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2023 e 2024, foram os seguintes:



Descrição	2023					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2024					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos IntangíveisBens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Descrição

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	971,70					971,70
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	9 225,00					9 225,00
Total	971,70	0,00	0,00	0,00	0,00	971,70
Depreciações acumuladas						
Goodwill	9 225,00					9 225,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	971,70					971,70

Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	10 196,70	0,00	0,00	0,00	0,00	10 196,70

Descrição	2023			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	971,70					971,70
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	9 225,00					9 225,00
Total	10 196,70	0,00	0,00	0,00	0,00	10 196,70
Depreciações acumuladas						
Goodwill	9 225,00					9 225,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	971,70					971,70
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	10 196,70	0,00	0,00	0,00	0,00	10 196,70

Descrição	2024			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Aguiar
João Mendes

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2024			2023		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo						
Outros Ativos fixos tangíveis						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2024			2023		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2024			2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	31 359,89	327 393,96	358 753,85	29 670,19	230 226,18	259 896,37
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	34,02	0,00	34,02	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	31 393,91	327 393,96	358 787,87	29 670,19	230 226,18	259 896,37

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2024			2023		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2023				2024		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 896,77	86 750,02	0,00	1 935,50	91 725,59	0,00	3 133,40
Produtos acabados e intermédios	31 500,00		0,00	41 000,00		0,00	36 000,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	36 396,77	86 750,02	0,00	42 935,50	91 725,59	0,00	39 133,40
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				111 309,77			112 259,48
Variações nos inventários da produção				9 500,00			-5 000,00

10 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Vendas	28 513,25	25 783,66
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1 133 813,10	557 837,13
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1 162 326,35	583 620,79

A comparação entre o exercício de 2024 e 2023 fica comprometida devido à adoção, na contabilidade da Instituição, do que foi prescrito na FAQ 39. Esta FAQ trata da forma como devem ser registadas as verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e as entidades do setor não lucrativo, com o propósito de satisfazer necessidades sociais. Conforme determinado, se o Estado efetua pagamentos de mensalidades com base na frequência de utentes, isso é considerado uma prestação de serviços, tendo-se efetuado o respetivo registo em conformidade.



11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2023 e 2024, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2023	Aumentos	Diminuições	2024
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Passivos contingentes

Nos períodos de 2023 e 2024, não são de registar quaisquer passivos contingentes.

Ativos contingentes

Nos períodos de 2023 e 2024, não são de registar quaisquer passivos contingentes.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2024	2023
Subsídios do Governo		
Apoios do Governo		
Total	6.062,76	419 686,10

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2024 e 31/12/2023, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2024				2023			
	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2024	2023
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2024 e 2023, foram, respetivamente "5" e "5".

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de "45" e em 31/12/2023 foi de "45".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

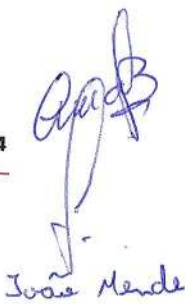
Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	561 997,99	497 830,47
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	120 409,18	109 362,59
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 720,92	5 629,13
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	899,01	17,69
Total	690 027,10	612 839,88

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2024 e 2023, foram de 0,00€ em cada um dos períodos.



17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2024	2023
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	6 350,79	6 350,79
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	6 350,79	6 350,79

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2024 e 2023, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades -				

prestações a pagar				
Beneficiários das mutualidades - capitais vencidos a pagar				
Beneficiários das mutualidades - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutualidades - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades - subvenções				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

João Mend

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	2 181,02
Utentes	5 248,32	8 612,02
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	-37 175,82	-41 898,52
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	-31 927,50	-31 105,48

Nos períodos de 2024 e 2023 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2024	2023
Clientes		
Utentes	0,00	-2 181,02
Total	0,00	-2 181,02

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Remunerações a pagar ao pessoal	-641,80	-325,43
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	500,00	2 715,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	106 321,60	3 285,55
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	106 179,80	5 675,12

17.5 Diferimentos

João Mendes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer		
Total	5.732,18	5.469,08
Rendimentos a Reconhecer		
Total	11.409,13	23 678,31

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2024	2023
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	566,01	1 099,65
Depósitos à ordem	188.507,15	59 654,42
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	189.073,16	60 754,07

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 115 114,60	0,00	0,00	1 115 114,60
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	169 961,95	25 233,05	0,00	195 195,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	18 545,05	85 866,37	0,00	104 411,42
Total	1 303 621,60	111 099,42	0,00	1 414 721,02

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	37 175,82	41 898,52
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	37 175,82	41 898,52



João Mano

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	11 606,86	6 469,75
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	11 606,86	6 469,75
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	8 940,70	4 826,61
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	15 213,75	14 911,48
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	24 154,45	19 738,09

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		641,80		325,43
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		594,11		11 115,95
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		-106 321,60		-3 285,55
Total	0,00	-105 085,69	0,00	8 155,83

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os seguintes:

Descrição	2024	2023
	0	0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	6 062,76	419 686,10
Subsídios de outras entidades	23 182,52	11 335,29
Doações e heranças	10 686,14	13 035,65
Legados	0,00	0,00



 João Mend

Total	39 931,42	444 057,04
-------	-----------	------------

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	144,12	182,59
Serviços especializados	77 967,09	74 847,44
Materiais	13 737,92	12 189,14
Energia e fluidos	66 461,53	73 320,98
Deslocações, estadas e transportes	622,60	152,25
Serviços diversos	58 062,53	51 280,54
Total	216 995,79	211 972,94

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	4 438,54	1 017,25
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	3 302,15
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	17 000,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,42	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	4 953,60	3 795,47
Outros rendimentos	11 601,18	2 986,15
Total	37 993,74	11 101,02

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	2 690,42	12 363,39
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	3 746,27	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	5 445,03	591,63
Total	11 881,72	12 955,02

Amab
João Mendes

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	19 869,93	13 104,57
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	19 869,93	13 104,57
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-19 869,93	-13 104,57

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

FOLHADOSA, 31 de dezembro de 2024


João Mendes

ANEXO

6

FUNDAÇÃO DR. ANTÔNIO VIEIRA TOVAR MAGALHÃES E ALBUQUERQUE

Demonstração individual dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2024

João Mendes *[Assinatura]*

Contribuinte: 500845611

Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes			
Pagamentos de subsídios		596 984,49	545 718,97
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		0,00	0,00
Pagamentos ao pessoal		(330 073,53)	(330 161,50)
		(612 839,88)	(532 371,85)
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(355 928,92)	(316 814,38)
Outros recebimentos/pagamentos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		528 128,07	301 197,27
		172 199,15	(15 617,11)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis		(24 010,13)	(26 484,73)
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(24 010,13)	(26 484,73)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		(19 869,93)	(13 104,57)
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(19 869,93)	(13 104,57)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		128 319,09	(55 206,41)
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		60 754,07	115 960,48
Caixa e seus equivalentes no fim do período		189 073,16	60 754,07


João Mendes

ANEXO

7

FUND. DRA V T M ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO N S SO

Balancete de Razão

Reg. Exercício / 2024

Data: 26/03/2025

(Valores em Euros)

Página: 1 de 1

Conta	Descrição	Acumulado			
		Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	33 665,49	33 099,48	566,01	0,00
12	Depósitos à ordem	1 655 512,76	1 467 005,61	188 507,15	0,00
21	Clientes e Utentes	734 010,04	731 409,70	5 248,32	2 647,98
22	Fornecedores	359 374,56	396 169,59	380,79	37 175,82
23	Pessoal	472 410,93	473 052,73	0,00	641,80
24	Estado e outros entes públicos	286 269,03	300 250,62	11 606,86	25 588,45
25	Financiamentos obtidos	186 627,74	545 415,61	0,00	358 787,87
27	Outras contas a receber e a pagar	431 021,81	420 108,74	106 821,60	95 908,53
28	Diferimentos	23 470,44	29 147,39	5 732,18	11 409,13
31	Compras	95 012,11	95 012,11	0,00	0,00
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	115 392,88	112 259,48	3 133,40	0,00
34	Produtos acabados e intermédios	73 921,50	37 921,50	36 000,00	0,00
41	Investimentos financeiros	6 350,79	0,00	6 350,79	0,00
42	Propriedades de investimento	94 217,50	0,00	94 217,50	0,00
43	Activos fixos tangíveis	2 727 877,61	1 219 071,65	2 714 825,45	1 206 019,49
44	Activos intangíveis	10 196,70	10 196,70	10 196,70	10 196,70
45	Investimentos em curso	98 433,13	0,00	98 433,13	0,00
51	Fundos	0,00	1 115 114,60	0,00	1 115 114,60
56	Resultados transitados	0,00	195 195,00	0,00	195 195,00
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	20 455,23	124 866,65	0,00	104 411,42
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	112 259,48	0,00	112 259,48	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	225 089,69	723,27	224 366,42	0,00
63	Gastos com o Pessoal	697 505,74	7 478,64	690 027,10	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	79 655,56	0,00	79 655,56	0,00
68	Outros gastos	11 888,29	6,57	11 881,72	0,00
69	Gastos de financiamento	19 869,93	0,00	19 869,93	0,00
71	Vendas	0,00	28 513,25	0,00	28 513,25
72	Prestações de serviços	7 007,05	1 140 820,15	0,00	1 133 813,10
73	Variações nos inventários da produção	37 921,50	32 921,50	5 000,00	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	21 731,79	0,00	21 731,79
75	Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	39 931,42	0,00	39 931,42
78	Outros rendimentos	0,12	37 993,86	0,00	37 993,74
81	Resultado líquido do período	25 233,05	25 233,05	0,00	0,00
Totais		8 640 650,66	8 640 650,66	4 425 080,09	4 425 080,09
Saldo Geral					

FUND. DRA V T M ALBUQUERQUE - CASA REPOUSO N S SO

Balancete de Razão

Resultados / 2024

Data: 26/03/2025

(Valores em Euros)

Página: 1 de 1

Conta	Descrição	Acumulado			
		Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	33 665,49	33 099,48	566,01	0,00
12	Depósitos à ordem	1 655 512,76	1 467 005,61	188 507,15	0,00
21	Clientes e Utentes	734 010,04	731 409,70	5 248,32	2 647,98
22	Fornecedores	359 374,56	396 169,59	380,79	37 175,82
23	Pessoal	472 410,93	473 052,73	0,00	641,80
24	Estado e outros entes públicos	286 269,03	300 250,62	11 606,86	25 588,45
25	Financiamentos obtidos	186 627,74	545 415,61	0,00	358 787,87
27	Outras contas a receber e a pagar	431 021,81	420 108,74	106 821,60	95 908,53
28	Diferimentos	23 470,44	29 147,39	5 732,18	11 409,13
31	Compras	95 012,11	95 012,11	0,00	0,00
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	115 392,88	112 259,48	3 133,40	0,00
34	Produtos acabados e intermédios	73 921,50	37 921,50	36 000,00	0,00
41	Investimentos financeiros	6 350,79	0,00	6 350,79	0,00
42	Propriedades de investimento	94 217,50	0,00	94 217,50	0,00
43	Activos fixos tangíveis	2 727 877,61	1 219 071,65	2 714 825,45	1 206 019,49
44	Activos intangíveis	10 196,70	10 196,70	10 196,70	10 196,70
45	Investimentos em curso	98 433,13	0,00	98 433,13	0,00
51	Fundos	0,00	1 115 114,60	0,00	1 115 114,60
56	Resultados transitados	0,00	195 195,00	0,00	195 195,00
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	20 455,23	124 866,65	0,00	104 411,42
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	112 259,48	112 259,48	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	225 089,69	225 089,69	0,00	0,00
63	Gastos com o Pessoal	697 505,74	697 505,74	0,00	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	79 655,56	79 655,56	0,00	0,00
68	Outros gastos	11 888,29	11 888,29	0,00	0,00
69	Gastos de financiamento	19 869,93	19 869,93	0,00	0,00
71	Vendas	28 513,25	28 513,25	0,00	0,00
72	Prestações de serviços	1 140 820,15	1 140 820,15	0,00	0,00
73	Variações nos inventários da produção	37 921,50	37 921,50	0,00	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade	21 731,79	21 731,79	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	39 931,42	39 931,42	0,00	0,00
78	Outros rendimentos	37 993,86	37 993,86	0,00	0,00
81	Resultado líquido do período	1 282 216,35	1 401 139,44	0,00	118 923,09
Totais		11 159 617,26	11 159 617,26	3 282 019,88	3 282 019,88
Saldo Geral					

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS EM CONCLUSÃO

O presente documento relata as principais atividades e iniciativas desenvolvidas pela Instituição no decorrer do ano de 2022. Todas elas centradas, direta ou indiretamente, na vertente do apoio/ação SOCIAL e do acompanhamento dos nossos Utentes.

No sentido de honrar o compromisso do desenvolvimento económico e social, procuramos como sempre temos feito, encontrar em conjunto a melhor solução, para as necessidades dos Utentes, Funcionárias e Comunidade em geral, que se dirigiu à Instituição.

Neste ano, a Direção da Fundação Dr. António Vieira Tovar de Magalhães e Albuquerque, dirige uma palavra muito reconhecida aos voluntários, que com carácter regular, colaboraram connosco, trazendo-nos um valor acrescentado incomparável. Consideramos também neste âmbito, o compromisso voluntário de muitas colaboradoras, que as distingue no mérito dos resultados alcançados.

As IPSS foram durante muito tempo quem deu - e ainda dá - o apoio à população mais desfavorecida e são nos dias que correm um pilar fundamental na implementação das políticas sociais a que o Estado está obrigado. Elemento incontornável do Estado Social nascido com a Democracia, o Setor Social Solidário não nasceu por decreto, mas impõe-se ao País, ao Estado e à população como uma realidade dinâmica e a almofada social sempre presente nos bons e nos maus momentos. Por isso, generalizar e diabolizar todo um setor por um número residual de casos de polícia, não é sensato e muito menos justo para milhares de pessoas que dão o seu melhor, muitos voluntariamente, em prol do(s) outro(s).

Numa época em que é exigida uma competência de gestão cada vez maior, esta Direção consciente do imenso caminho a trilhar durante os próximos anos, tudo irá fazer, para que a Fundação Dr. António Vieira Tovar de Magalhães e Albuquerque, seja reconhecida como verdadeiro exemplo de instituição de solidariedade social.

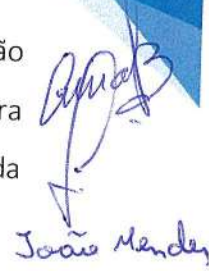
Por isso, a medição e avaliação dos resultados atingidos e aqui expressos neste Relatório, o qual tentou ser o mais transparente possível, transforma o presente documento num instrumento fundamenta para desenhar o futuro.

Sabemos que ao longo do ano muitas foram as situações que nos transtornaram, mas acreditamos que soubemos dar a cara, e mais importante ainda, dar a volta à situação com as alternativas que tínhamos ao nosso alcance (sempre legais e/ou de circunstâncias.

Ao longo deste ano, muitas decisões foram tomadas e muitas adiadas por situações alheias à nossa vontade, aguardando por uma oportunidade que vá de encontro com os nossos objetivos e missão social. Esperamos, num futuro próximo dar respostas a todas as decisões que foram adiadas e ainda se encontram pendentes ...

Vamos trabalhar em conjunto, unidos e de forma transparente, colocando de parte interesses não comuns, pois só assim conseguimos alcançar o sucesso institucional e o bem-estar para todos os nossos Utentes e demais colaboradores.

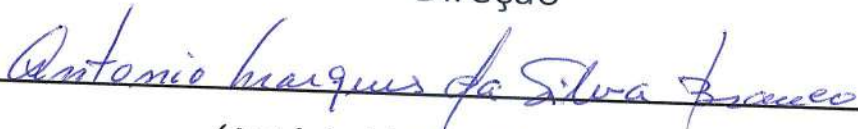
A terminar, a Direção da Fundação Dr. António Vieira Tovar Magalhães e Albuquerque agradece reconhecimento a todos aqueles cujo empenhamento e dedicação muito contribuiu para o cumprimento da atividade retratada, sendo o tributo do nosso agradecimento em especial para as nossas Funcionárias.

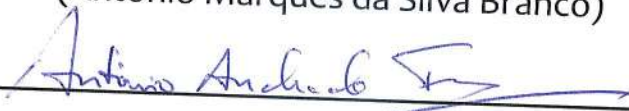


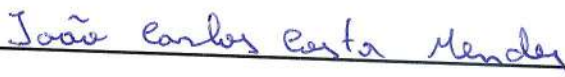
João Mendes

Folhadosa, 25 de Março de 2025

Direção


(António Marques da Silva Branco)


(António Andrade Ferreira)


(João Carlos Costa Mendes)


(Sr. Padre Humberto César Gonçalves Coelho)


(Mário Jorge Borges Fernandes)

CONSELHO FISCAL - PARECER

O PARECER DO CONSELHO FISCAL É
APRESENTADO EM DOCUMENTO AUTÓNOMO,
DEVIDAMENTE DATADO E ASSINADO PELOS SEUS
MEMBROS.

Jorge Manuel da Silva Mendes
António João da Silva Tenreiro
António Virgílio Dinis Santos